

da produção agrícola) quer das que representam a lógica capitalista das economias. Pode ainda apontar-se que as novas formas de cooperação não ganharão estabilidade sem suporte político.

O problema principal estará, contudo, na capacidade para conciliar *eficiência* económica com *democracia* e *participação*. Este grande desafio exige principalmente que se construam condições que são, em muito, endógenas ao movimento.

Veremos que balanço nos poderá oferecer a II Conferência, programada para um país da Europa do Sul.

José Reis

1.º COLÓQUIO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITO ECONÓMICO

De 29 de Setembro a 2 de Outubro de 1983, realizou-se em Rennes o 1.º Colóquio da *Associação Internacional de Direito Económico* (AIDE), reunindo participantes da França, Bélgica, Tunísia, Argélia, Mali, Itália e Portugal.

Criada em 1982, a AIDE propõe-se agrupar juristas e economistas interessados numa reflexão interdisciplinar. Para facilitar as trocas e a colaboração entre os seus membros, a Associação publica um Boletim de informação sobre actividades de investigação e principais iniciativas internacionais no domínio do Direito Económico.

Este 1.º Colóquio teve como tema: «*Autoridade e responsabilidade no domínio da decisão económica*». Para além de uma sessão de abertura (com comunicações de M. Gérard Farjat, presidente da AIDE, e M. C. Champaud, vice-presidente e organizador do Colóquio), a discussão foi repartida por três secções que trataram o tema Empresa, Autoridade e Responsabilidade relacionando-o com poderes públicos, poderes privados e organização interna do poder.

A questão central na 1.ª secção era, esquematicamente, a de saber como se repartem entre empresas e poderes públicos a autoridade — quer dizer o poder de decisão económica — e a responsabilidade (em qualquer das suas formas). Existirá sempre correspondência entre uma certa autoridade de um determinado operador económico e uma forma de responsabilidade jurídica?

M. Terki (Universidade de Argel) estudou o problema numa economia planificada, centrando-o no caso específico das empresas de economia mista na Argélia, concluindo por uma atenuação simultânea da responsabilidade e autoridade relativamente ao Estado.

M. Bazex (Universidade de Paris) referiu-se, na sua intervenção, às relações de autoridade e responsabilidade entre empresas privadas e poderes públicos em economia de mercado, relacionando a liberdade de empresa com a crescente possibilidade de intervenção do Estado.

Mrs. Maziers e Saint-Giron (Universidade de Toulouse) colocaram o problema da autoridade e responsabilidade das empresas públicas que funcionam em economia de mercado. A sua análise permitiu inferir que a autonomia das empresas públicas relativamente ao Estado implica a sua responsabilidade relativamente ao mercado e que a sua autonomia do mercado implica uma responsabilidade crescente perante o Estado.

A 2.^a Secção (Autoridade e Responsabilidade em matéria de poderes privados) centrou os seus trabalhos na questão de saber onde se situa a autoridade, precisando a noção de poder privado, a sua organização e a sua função. Contou com intervenções de M. Henrion (Ministro de Estado belga), M. Jean-tin (Universidade de Paris) e M. Huveneers.

A discussão mostrou a complexidade do problema analisado, tendo sido afirmado como os centros reais de autoridade no seio dos poderes privados são movediços e imprecisos e como este facto torna impossível a imposição de princípios rígidos de responsabilidade.

A autonomia jurídica pode, aliás, ser um meio de dissociar autoridade de responsabilidade. Isto mesmo salientaram as últimas comunicações sobre a incidência na responsabilidade da empresa dos laços de dependência societários e contratuais nomeadamente com o poder bancário.

Finalmente a 3.^a Secção (organização interna do poder) pôs em relevo os problemas específicos levantados pela incidência que a organização dos trabalhadores pode ter sobre a detenção e exercício do poder, assim como as dificuldades inerentes à organização colegial do poder na empresa.

O levantar de determinados problemas, com incidência mais ampla (existirá um poder bancário autónomo?), assim como o carácter interdisciplinar imprimido à discussão de algumas questões parecem ser os aspectos mais positivos deste Colóquio, excelentemente organizado pela Universidade de Rennes. Como aspecto negativo a ausência de participantes de outros países — Espanha, Alemanha, E.U.A., Inglaterra, Hun-

gria, por exemplo — potencialmente relatores de diferentes experiências e com contributos teóricos enriquecedores do debate. Esperemos, como aliás foi manifestado pela própria Direcção da AIDE, que esta situação se venha a alterar em posteriores colóquios ou seminários.

Maria Manuel Leitão Marques

SEMINÁRIO SOBRE A FORMAÇÃO
DE PESSOAL EDUCATIVO
E TRATAMENTO DE MENORES DELINQUENTES

Não será exagero afirmar que o Seminário organizado pelo Conselho da Europa, em colaboração com a Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores e o Gabinete de Documentação e Direito Comparado, foi uma iniciativa que, pelo número de participantes que reuniu (cerca de 100), variedade (Técnicos de Educação, Directores de Serviços e de Estabelecimentos de Menores, Magistrados, Sociólogos, Psicólogos, etc.) e âmbito da temática em debate (a delinquência) contribuirá, no futuro, para a inovação e reformulação das orientações de natureza legislativa e de métodos de trabalho bem como para a aceleração das indispensáveis mudanças nas estruturas e práticas institucionais e, ainda, provavelmente, para o relançamento da investigação num domínio cujo estatuto de marginalidade a tem remetido para um relativo esquecimento. Pelo menos, assim nos faz pensar o interesse e a vivacidade que caracterizou esta reunião que decorreu no Centro de Estudos Judiciários de 14 a 16 de Novembro de 1983 e que não tem precedentes entre nós.

Após as intervenções do Magistrado do Tribunal Constitucional de Itália, Senhor La Greca, que apresentou uma comunicação intitulada «Tendance évolutive dans le traitement des jeunes délinquants» e da Directora do Centre de Formation et de Recherche de l'Éducation Surveillée de Paris, Senhora Prétot, que falou sobre «Le recrutement et formation du personnel appelé à participer au traitement des jeunes délinquants», assistiu-se a um debate de momentos e intervenções de níveis de desigualdade que oscilaram entre a patente preocupação de obter esclarecimentos práticos respeitantes às condições de trabalho, carreiras, formação e reciclagem profissionais dos diver-